

Rio de Janeiro: lugar e controle social

Vera Malaguti Batista^(*)

A criminologia, saber/poder de administrar medos “dos outros”, refletiu pouco sobre a questão espacial. Entendendo a disciplina como “o curso dos discursos sobre a questão criminal” na longa duração da história da Europa Ocidental, nos remetemos à lição de Pavarini de que para entendê-la precisamos primeiro decifrar a demanda por ordem¹.

Pensemos na demanda por ordem para interpretar o conjunto de reflexões conhecido como Escola Cartográfica. No século XIX, de intensa conflitividade social, o belga Adolphe Quetelet produziu seu *Essay de Phisique Social* associando localizações e intensidade de ocorrências criminais, produzindo estatísticas, sempre a serviço do capital a partir de seus cálculos atuariais para companhias de seguros. Entre suas inovações, o conceito de homem médio, que empurraria para as margens milhões de seres humanos na perspectiva eurocêntrica. Seu seguidor, o francês André-Michel Guery, escreve em 1832 seu *Ensaio de Estatística Moral em França e Inglaterra*. Foi ele o primeiro a configurar mapas de delito, material estratégico para o controle social dos pobres consumidos pela revolução industrial².

A questão espacial reaparece na história da criminologia no século XX nos Estados Unidos, na conjuntura da demanda por ordem da construção do Estado Previdenciário conduzido por Roosevelt. A criminologia funcional-integracionista frutificou nesse período, principalmente em torno do departamento de sociologia da Universidade de Chicago³. Aquela criminologia

^(*) Professora Adjunta de Criminologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Secretária-Geral do Instituto Carioca de Criminologia.

¹ PAVARINI, Massimo. Control y Dominación: teorías criminológicas burguesas y proyecto hemogênico. México: Siglo Veintiuno Editores, 1983.

² Cf. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. A palavra dos mortos: conferências de criminologia cautelar. São Paulo: Saraiva, p. 133,134.

³ Sobre a Escola de Chicago e sua influência no Brasil: Davi de Paiva Costa Tangerino: Crime e Cidade: Violência Urbana e a Escola de Chicago, Rio, Lumen Iuris, 2007; Sergio Salomão Shecaira: Criminologia, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2004. Wagner Cinelli de Paula Freitas; Espaço Urbano

se opunha à hegemonia positivista que dominava a Europa. Raúl Zaffaroni denomina o conjunto de teses daquele momento como "multifatorialidade social excludente do poder punitivo"⁴. Sob a influência do crescimento populacional vertiginoso da cidade de Chicago (de 2 000 habitantes em 1840 para 3 500 000 em 1930) a Universidade de Chicago buscava saídas para a demanda por ordem de uma metrópole radicalmente heterogênea. Com financiamentos milionários de Rockefeller para pesquisa, o departamento de sociologia se impõe na construção do que ficou conhecido na criminologia como Escola Ecológica a partir da ecologia humana de Robert Ezra. Junto com Burgess, Park introduz os conceitos de simbiose, invasão, domínio e sucessão para analisar o desequilíbrio urbano decorrente da chegada de milhares de imigrantes e suas culturas nos bairros de Chicago⁵. Burgess desenvolve seu estudo da expansão da cidade em círculo concêntricos, a partir do centro em direção à periferia, criando zoneamentos segundo as funções desses bairros. Ele vai tratar de um crescimento radial com processos antagônicos de sucessão e mobilidade, onde a adaptação seria uma tendência a agir de maneira segmentada e funcional. A tese central era que a cidade exercia papel fundamental na definição de áreas com criminalidade, derrubando as teses etiológicas e naturalizantes da criminologia positivista.

A "cidade criminógena" aparece como problema social e comunitário, a partir da incidência massiva de crimes, dolorosa e aflitiva com persistência espaço-temporal. Park trabalha com três forças para analisar a questão: comunicação e transporte, economia e cultura. É na mobilidade e na fluidez que se daria a ruptura de vínculos organizadores do controle social informal, a ser restaurado através da reconstrução dos laços integradores. Os dois conceitos básicos de sua teoria são a desorganização social e áreas de delinquência. Como se vê, a Escola de Chicago não produziu respostas policiais para a questão criminal, mas intervenções urbanas, culturais e comunitárias na contramão do segregacionismo genocida desenvolvido pelo

e Criminalidade, lições da Escola de Chicago, São Paulo, IBCCrim, 2002 e Edmundo Campos Coelho (org.), A Ecologia do Crime, Rio de Janeiro, Comissão Nacional de Justiça e Paz/Educam, 1978.

⁴ Op. cit., p. 149, 167.

⁵ Park, R. E. Mackenzie, R. P., Burgess E., *The City: Sugestions for the Study of Human Nature in the Urban Environment*. Chicago: University of Chicago Press, 1925.

positivismo no nazi-fascismo. Clifford Shaw⁶ foi um dos mais importantes pesquisadores e ativistas da ocasião. Escreveu *Delinquency Areas* em 1929 e, juntamente com Mckay, produziu *Juvenile Delinquency and Urban Areas* (1942). Nesse estudo foram pesquisadas 20 cidades, trabalhando com mapas que assinalaram casas de 60 000 jovens em conflito com a lei. Fugindo da resposta policial e punitiva, trabalharam o fenômeno criminal como processo de crescimento e consolidação urbana, uma distribuição ecológica de problemas sociais. Sua relação entre distribuição espacial e delinquência apostava na opinião social para resolução de conflitos. Através do conceito de desorganização social como explicação para o crime, apostavam no controle social informal estabelecido em relações cultural-afetivas de vizinhança, dentro da perspectiva pragmática e comunicacional que dominava a cena intelectual estadunidense.

Thrascher escreve, nessa conjuntura o clássico *The Gang*, sobre a mudança rápida e a deterioração da Little Italy, trabalhando também com mapas, num esforço de despatologização da questão criminal nas metrópoles do hemisfério norte. A distribuição "ecológica" dos problemas sociais conduzia à relação entre distribuição espacial e delinquência. O paradigma etiológico se desloca então de uma causalidade bio-determinista para a desorganização social, fruto da decadência da solidariedade comunal e da falta de controle social informal. A Escola Ecológica acreditava na opinião social para resolução de conflitos, ancorada nas teorias democráticas de comunicação social, *beyond Citizen Kane*. Clifford Shaw trabalhou também com pesquisas, estudo de caso e biografias de "delinquentes" como *Jack Roller* de 1930, a *História natural de uma carreira delinquente* (1931) e *Brothers in crime* de 1938. Essas pesquisas adicionavam características subjetivas à objetividade ecológica, desconstruindo a ideia de que a pobreza seria uma causa direta do crime.

Entendendo a ambiência da construção do Estado Previdenciário nos EUA, Shaw dirigiu um famoso projeto durante 25 anos, o

⁶ Cf. CLIFFORD R. Shaw. *Delinquency Areas*, Chicago, University of Chicago Press, 1929, Shaw e Mckay, *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. Chicago, University of Chicago Press, 1969.

Chicago Area Project. Pensado na perspectiva da prevenção, o projeto realizou uma intervenção localizada numa área degradada e com intensa incidência de conflitos com a lei. O fio da meada era a estruturação dos laços sociais comunitários, restituindo o controle social informal. Partiam da premissa de uma "normalidade" ou despatologização da idéia e da figura do delinquente, sugerindo uma maior assistência aos que já tinham delinquido. A importância de lembrar essa intervenção espacial é marcar não só a despatologização, mas a escolha de intervenções comunitárias (esporte, parques, comércio, vigilância) através de mediações comunitárias, num esforço feito junto às cortes juvenis de transferir a gestão da "delinquência" para conselhos comunitários baseados no sistema educacional. Essas investigações qualitativas e quantitativas faziam parte da busca de uma sociedade democrática, multicultural e multiétnica. A delinquência aqui é entendida pela sua localização, não é fruto de um determinismo bio-psicológico. A distância social dificultaria os mecanismos de acesso.

É claro que agora, à distância, essa escola exhibe suas marcas organicistas, sua reificação da associação dos lugares pobres à criminalidade e principalmente (já que o conceito ainda não havia acontecido) sua ignorância das cifras ocultas, já que trabalharam apenas com estatísticas oficiais. Mas é importante ressaltar o olhar que buscava mudanças efetivas através de macrointervenções com participação comunitária intensa e propostas de melhoria efetiva na qualidade da vida cotidiana. O importante é que na Escola de Chicago a cidade era o ponto de partida da questão criminal, focado na análise do crescimento do centro para a periferia, seus fluxos e mobilidades, nas migrações e na assistência das famílias pobres, chegando à "raiz ecológica da criminalidade" através da capacidade de imposição de normas pelos grupos sociais, pela intensidade de sua organização e pela eficácia do controle social informal que constituiria uma espécie de polícia natural pelos laços integradores da vizinhança.

É interessante pensar como a espacialidade é recuperada no capitalismo contemporâneo numa perspectiva radicalmente oposta à da Escola Ecológica de Chicago, que atuava na demanda por ordem de um

projeto político integracionista e democrático. Loic Wacquant demonstrou que a desconstrução desse Estado Previdenciário nos EUA produziu uma nova gestão da pobreza que desloca o assistencialismo do *Welfare State* para um estado penal⁷. Compreender a mudança na demanda por ordem facilita a análise: os discursos criminais da construção do Estado social devem ser antagônicos à sua desconstrução. Assim, a nova lógica punitiva será de criminalização do lugar da pobreza para onde incidirão estratégias de ocupação inspiradas no paradigma bélico. As novas políticas de segurança, na contramão do *Chicago Area Project*, serão de intensa criminalização e policização dos lugares dos pobres no mundo.

Os novos projetos de segurança, espriados a partir do capitalismo central, serão extensões do paradigma bélico, recuperando a figura do inimigo interno que deve ser contido e/ou eliminado. As técnicas de contra-insurgência aplicadas pelos estadunidenses nas guerras do Iraque e Afeganistão, bem como a engenharia militarizada da ocupação dos territórios palestinos por Israel, vão compor os programas de política criminal e de segurança pública no mundo. Aqui na nossa margem farão o papel de auto-colonização, na qual o povo brasileiro é seu próprio inimigo íntimo, situado em lugares muito próximos e propagadores de medos eugenistas. São as novas fronteiras de controle, pesquisadas pela *Antena Mutante* em laboratórios à deriva, observando a fragmentação e a segregação em Medellín (*Centro de Atención Inmediata*), Palestina (*Check-points*) e Rio de Janeiro (*Unidades de Polícia Pacificadora*)⁸.

Falar de lugar é trabalhar a noção do inesquecível Milton Santos de *localização*, “momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. Por isso mesmo, cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas. Não confundir localização e lugar. O lugar pode ser o mesmo, as localizações mudam. E lugar é o objeto ou conjunto de objetos. A localização é um feixe de forças sociais se exercendo em um

⁷ WACQUANT, Loïc. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

⁸ <http://riopalmed.cajadinamica.info>

lugar”.⁹ Estamos então querendo falar a partir de um local e de uma localização: a cidade do Rio de Janeiro. Apreender esse feixe de forças sociais, essa constante alteração nas significações implica a compreensão da discussão temporal na concepção de espaço. Compreender a cidade “como um espaço privilegiado de construção da memória coletiva”, *monumentum*, sinal do passado^{10, 11}

O Rio de Janeiro tem sido um laboratório de experimentos do mercado de segurança pública. A questão criminal se enraiza naquela conjuntura do século XIX na qual a cidade se africaniza radicalmente. Entre as décadas de 30 e 50 do século XIX, o Rio de Janeiro recebe milhares de africanos para a economia escravista do Império brasileiro, tornando-se a maior cidade negra das Américas. A grande historiadora norte-americana Mary Karasch nos entreabre, em seu “guia escravo da cidade do Rio de Janeiro”, essa urdidura de fronteiras, de limitações à liberdade que a cidade europeia impunha à cidade quilombada¹². Ela descreve os limites físicos da cidade, as paróquias centrais cercadas por fortes, montanhas, prédios e praias. Os fortes, situados estrategicamente pela cidade, junto com as terríveis prisões de escravos, os quartéis e delegacias, indicavam um esforço concreto e planejado para evitar as rebeliões. Dentro da cidade, as paróquias ou freguesias onde viviam os negros eram principalmente Sacramento da Sé, São José, Candelária e Santa Rita. Suas igrejas eram construídas longe dos centros senhoriais.

Mary Karasch nos desenha o contraste entre o Paço, como centro e símbolo do poder, e o Campo de Santana, “uma área desregrada da cidade, onde os escravos, escapando de seus donos nas tardes de domingo, podiam dançar ao som de sua própria música”¹³.

⁹ SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1992, p. 21-23.

¹⁰ NEDER, Gizlene. Cidade, identidade e exclusão social. In: Revista Tempo, v. 2, n. 3. Rio de Janeiro: UFF-Relume Dumará, 1997, p. 103.

¹¹ BATISTA, Vera Malaguti. O Medo na Cidade do Rio de Janeiro, dois tempos e uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 205.

¹² Cf. Mary Karasch. A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808 e 1850. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. A noção de cidade quilombada é desenvolvida por Gizlene Neder, em texto supra citado.

¹³ KARASCH, Mary. Op. cit., p. 101.

Entre as pugnas do período havia a do controle das imagens, dos cenários, das representações, da simbologia: a luta pelo cotidiano, pela paisagem que entra pelos olhos e se naturaliza no imaginário coletivo se dava nas ruas da cidade; e elas eram em grande parte dos africanos e seus descendentes no Rio de Janeiro. Mary Karasch afirma que, apesar da presença do pelourinho, das tropas nas praças e das fortalezas, “os escravos controlavam muitas ruas, praças e mercados, onde dominavam boa parte do comércio de rua”¹⁴. Ela diz que as fronteiras para os escravos na cidade iam provocar experiências amargas a quem tentasse transpassar os seus limites. Não pensemos que esta sociabilidade urbana era liberdade: “Fechados em armazéns, oficinas, lojas, e fábricas, labutavam longas horas em prédios sem janelas, que eram os limites da sua vida. À noite, eram trancados para dormir amontoados no chão, às vezes acorrentados. As paredes eram barreiras visíveis que os separavam dos escravos de fora”¹⁵. Ela fala também das escravas domésticas, para as quais as casas e os quintais eram “frequentemente os limites da sua existência”¹⁶.

O século XX produziu o discurso e a política criminal de controle dos afrodescendentes e imigrantes indesejáveis (socialistas e anarquistas) na cidade. As ruas do Rio de Janeiro foram palco de resistência a projetos autoritários de controle que iam da truculência legada pela escravidão aos projetos de criminalização e patologização dos lugares dos pobres. Por todo o século deu-se a grande pugna entre projetos de habitação popular e projetos de remoção. Da gestão "republicana" de Pereira Passos ao Lacerdismo dos sessenta a cidade foi sacudida por intervenções violentas para “limpar”, sanear áreas a serem disponibilizadas para o capital, em detrimento das suas populações¹⁷. Mas a história do Rio de Janeiro é uma história de resistências, motins e rebeliões. Quilombos que se reinventam em favelas, se

¹⁴ KARASCH, Mary. *A vida dos escravos*. Op. cit. p. 102.

¹⁵ KARASCH, Mary. Op. cit. p. 104.

¹⁶ KARASCH, Mary. Op. cit. p. 105.

¹⁷ Cf. BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos: um haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura, 1990. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 e MAIOLINO, Ana Lúcia Gonçalves *Espaço Urbano: conflitos e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2008.

misturam por todos os cantos da cidade produzindo encontros profundos mas também medos impostos em momentos de crise.

Talvez o maior vetor de criminalização espacial no Rio de Janeiro, comparável só à escravidão, tenha sido a política criminal de drogas que entra no Brasil na década de setenta. Capitaneada pelos Estados Unidos e propagada pela grande mídia, a "guerra contra as drogas" surge no período mais duro da ditadura civil-militar associando a lei de segurança nacional ao combate ao crime. A crise nas conjunturas posteriores se encarregou de transformar as áreas urbanas pobres em campos de batalha para o varejo das substâncias ilícitas, criminalizando não só regiões inteiras da cidade mas também do país e da América Latina. A partir de Reagan, fomos transformados em eixo do mal: as vítimas seriam os consumidores do Hemisfério Norte¹⁸. Essa "política criminal com derramamento de sangue"¹⁹ foi sendo associada cada vez mais às políticas de segurança pública, com feições bélicas e legitimação da violência institucional pela construção do grande inimigo interno, o traficante. Essa política criminal de drogas, que no Brasil só se aprofunda, deixou marcas em nosso ordenamento jurídico, produzindo a maior expansão da população carcerária da história do Brasil.

A virada do século XX para o XXI reificou no neoliberalismo as marcas bélicas na segurança pública, realizando o que Wacquant chama de guerra contra os pobres substitutiva da guerra contra a pobreza. Essa onda punitiva com características de guerra e a militarização da segurança pública são fenômenos estabelecidos pelo vídeocapitalismo financeiro ao redor do mundo. No Rio de Janeiro as UPP's são seu grande experimento. Travestidas de "policimento comunitário", representam uma ocupação militarizada e intensiva de algumas favelas. As primeiras foram localizadas em áreas estratégicas para os grandes eventos; depois foram

¹⁸ BATISTA, Vera Malaguti Batista. *Difíceis Ganhos Fáceis: drogas juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

¹⁹ BATISTA, Nilo. *Política criminal com derramamento de sangue*. In: *Rev. Brasileira de Ciências Criminais*, S. Paulo, - ano 5, nº 20, out./dez.1997, ed. RT, p. 129.

sendo escolhidas de acordo com as emergências e as resistências “dos lugares”. Criticadas na sua implantação, já apresentam ao longo desses últimos anos fissuras incontornáveis. Trata-se de um projeto que prevê uma policização intensiva no bairro (só na Rocinha, mais de mil policiais militares), com invasões de domicílio, revistas constantes, gestão da vida cotidiana pelas autoridades militares (uma festa ou um baile funk só podem acontecer quando autorizados pela polícia) e mais todos os pequenos e grandes conflitos presentes na histórica relação truculenta entre a polícia e as favelas do Rio.

Mais história, mais antropologia naquele sentido proposto na experiência etnográfica por Janice Caiafa: “a cidade se abria a estrangeiros, refugiados, lhes oferecendo algum tipo de inserção, de pertinência – não uma integração, mas um lugar nos fluxos urbanos, nessa mobilização que só a cidade realiza”.²⁰ As inquietudes, os desassossegos e os transbordamentos fazem parte da aventura urbana. Não ter medo do imprevisível que a cidade sempre revela. Estar contra as purificações, as reproduções do disciplinamento e a arquitetura obsidional entre guetos, prisões e fortalezas, deixar emergir o nomadismo, o movimento, a diversidade que faz a diferença, é o que nos motiva. Romper com a simbiose da cidade com a prisão ou de partes da cidade como prisão. Contrapor-se à enorme demanda por mais limite e mais controle, lutar contra as estratégias de dominação ao ar livre, o represamento da energia juvenil pelo bloqueio de sua circulação, do seu exercício de potência, na prisão ou a céu aberto.

Nossas cidades estão precisando entender esse *lugar* para o qual convergiram tantas políticas apartadoras e encobridoras nos últimos anos do capitalismo em nosso sofrido continente. Para Foucault as políticas violentas de internação despertaram fantasias no imaginário: é no terreno do fantástico que a loucura se propagaria, na “reativação imaginária”. “Estes são os sonhos através dos quais a moral, em cumplicidade com a medicina, tenta defender-se contra os perigos contidos mas muito mal

²⁰ CAIAFA, Janice. Aventura das cidades: ensaios e etnografias. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 118.

encerrados no internamento. Esses mesmos perigos, ao mesmo tempo, fascinam a imaginação e os desejos. A moral tenta conjurá-los, mas algo existe no homem que se obstina em sonhar vivê-los, ou pelo menos aproximar-se deles e libertar seus fantasmas. O horror que agora cerca as fortalezas do internamento também exerce uma atração irresistível”.²¹ As políticas de internamento produzem então uma “paisagem do imaginário” funcionando como grande memória do que se pensava “nas sombras”. O internamento permite um processo de resistência do imaginário. A exclusão e o apartamento físico detonam fantasias de terror e desejo.

Alessandro Petti pesquisou os enclaves e arquipélagos que se constituem a partir das novas formas de controle sócio-espacial. Ele estudou os fluxos lentos dos palestinos em seus territórios, permeados por *check-points* que impedem sua mobilidade em contraste com a passagem dos israelenses, europeus e estadunidenses²². Paulo Arantes aprofunda essa reflexão observando como os pobres do mundo estão submetidos a longas filas, pendurados em tempos de espera nos seus deslocamentos²³. É como se fossem produzidas zonas de suspensão do tempo, tornando suas vidas e seus tempos mais lentos. Como a dinâmica dos pobres no mundo tem que ser uma dinâmica de rapidez, essas zonas de espera acabam por construir um aparato de controle múltiplo e sucessivo em suas vidas cotidianas.

O Brasil precisa muito da reflexão de Milton Santos sobre o lugar. O que nos interessa nas cidades é o homem, no seu tempo e no seu chão. Na história da criminologia o uso do espaço se adequa a diferentes demandas por ordem: da construção do Estado Previdenciário à sua desconstrução no capitalismo contemporâneo. Políticas de ocupação militarizada de “territórios” se esvaziam no tempo, não se sustentam no chão do cotidiano dos movimentos sociais. Conhecer e imbricar-se na história e na memória dos lugares pode abrir novos caminhos para a construção de políticas

²¹ FOUCAULT, Michel. História da Loucura. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 357.

²² PETTI, Alessandro, *Arcipelaghi e enclave: Architettura dell' ordinamento Spaziale Contemporaneo*. Milano: Mondovoni ed., 2007.

²³ ARANTES, Paulo in Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

urbanas e de segurança pública que apostem nas cidades como ponto de encontro de fluxos e movimentos.

Referencia bibliográfica:

Rio de Janeiro: lugar e controle social *in* Patrícia Mothé Glioche Bèze (org.), Direito Penal, Rio de Janeiro: ed. Freitas Bastos, 2015.